



232 16
JP

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
TIPO: RECURSO DE AGRAVO
PROCESSO N.º: 0190009-2/02
AGRAVANTE(S): BANCO DO BRASIL S.A.
AGRAVADO(S): ROOSVELT SEVERO DE ALMEIDA
RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA PROFERIDA COM ESTEIO NO ART. 557 C/C §1.º-A, CPC. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. SÚMULA 54 DO STJ. READEQUAÇÃO *EX OFFICIO*. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

- Longe de configurar hipótese de julgamento *ultra* ou *extra petita*, ou mesmo de implicar violação aos limites da devolutividade recursal, os juros moratórios e a correção monetária são matérias de ordem pública, de sorte que, diante do flagrante equívoco constatado na sentença atacada, afigura-se possível ao órgão *ad quem*, de ofício, corrigir os marcos temporais a partir dos quais fluirão.
- “Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual”. (Súmula 54, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/09/1992, DJ 01/10/1992 p. 16801).
- Recurso de Agravo improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo, que tem como agravante **BANCO DO BRASIL S.A.**, e como agravado **ROOSVELT SEVERO DE ALMEIDA**.



232
17
8

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ACORDAM os Desembargadores que compõem a 3.^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, sem discrepância de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao presente Recurso de Agravo, na conformidade do relatório, do voto e da ementa, que passam a integrar este julgado.

Recife,

11/12/2009

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Relator



233
18
88

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **RECURSO DE AGRAVO**
PROCESSO N.º: **0190009-2/02**
AGRAVANTE(S): **BANCO DO BRASIL S.A.**
AGRAVADO(S): **ROOSVELT SEVERO DE ALMEIDA**
RELATOR: **DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

RELATÓRIO

BANCO DO BRASIL S.A., por meio do presente **RECURSO DE AGRAVO** (fls. 04/07), busca a reforma da decisão terminativa que deu parcial provimento à apelação cível por ele interposta, ocasião em que foi reduzido o valor arbitrado a título de danos morais para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e fixou-se, como termos iniciais para a correção monetária e para os juros moratórios, a data da prolação do *decisum* e do evento danoso, respectivamente, em consonância com as súmulas 54 e 362 do Superior Tribunal de Justiça.

O agravante sustenta, em síntese, que o termo inicial dos juros de mora foi indevidamente modificado por esta Relatoria, uma vez que a parte *ex adversa* não se insurgiu contra o que fora fixado na sentença. Argumentou, ademais, que, se for mantido o marco temporal determinado na decisão terminativa, haverá manifesto prejuízo em seu desfavor. No mais, acrescentou que a jurisprudência é firme ao declarar que tal encargo deve incidir a partir da data da citação. Pugnou, então, pela reforma do *decisum* para determinar a sua incidência a partir da “data da publicação da sentença” (sic).

É o relatório.


Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Relator



234
19
/ 10

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
TIPO: **RECURSO DE AGRAVO**
PROCESSO N.º: **0190009-2/02**
AGRAVANTE(S): **BANCO DO BRASIL S.A.**
AGRAVADO(S): **ROOSEVELT SEVERO DE ALMEIDA**
RELATOR: **DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

VOTO DO RELATOR

A decisão fustigada, cujas principais passagens vão desde já destacadas, foi assim proferida:

Cuida-se de Apelação Cível (fls. 168/179), por meio da qual busca o BANCO DO BRASIL S/A a reforma da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da 24.^a Vara Cível da Comarca da Capital (fls. 154/162), que, nos autos da AÇÃO DECLARATÓRIA DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO C/C DANOS MORAIS, proposta por ROOSEVELT SEVERO DE ALMEIDA (fls. 02/09) em face do ora apelante e da FORMATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE METAIS LTDA., declarou a extinto o título protestado em nome do autor, com a conseqüente regularização perante o SERASA, bem como condenou o ora recorrente no pagamento de reparação de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correspondente ao dano moral experimentado, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da data da sentença, e em custas processuais e honorários advocatícios, estes últimos fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação.

Em sua peça inicial, o apelado ROOSEVELT SEVERO DE ALMEIDA alega ter o seu nome sido indevidamente inscrito em órgão de proteção ao crédito, apesar de ter quitado dívida no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) antes de seu vencimento (fls. 02/09).

Em sede de contestação, a FORMATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE METAIS LTDA. sustentou, basicamente, que: (1) o demandante carece de interesse processual, pois pede a extinção de título já extinto pelo pagamento, além de requerer a extração de seu nome do SERASA por fato que não pode ser imputado aos réus; (2) há necessidade de citação do BANCO BRADESCO S/A para integrar a lide como litisconsorte passivo necessário, porquanto pela análise dos documentos carreados aos autos, foi ele quem recebeu o pagamento e comprometeu-se a repassá-lo ao credor; (3) é parte ilegítima para ser demandada, visto que, ao agir sob o exercício regular de um direito, não concorreu para o evento lesivo; e (4) transcorreram mais de dois anos entre a data do protesto indevido e a propositura da ação, de sorte que é duvidosa a alegação de danos sofridos por tanto tempo sem que nenhuma providência fosse tomada. Pediu, assim, o acolhimento das preliminares invocadas ou, eventualmente, a improcedência do pleito inicial (fls. 21/32).



235 20
fg

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

O BANCO DO BRASIL S/A, em sua peça de resistência, por sua vez, suscitou ser parte ilegítima, ante a sua condição de mandatário para executar protestos em nome da FORMATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE METAIS LTDA., pelo que pugnou, relativamente a ele, pela extinção do processo sem resolução do mérito (fls. 40/43).

Em réplicas de fls. 47/50, o recorrido ratifica todos os termos de sua petição inicial.

Às fls. 62/64 observa-se termo de audiência de conciliação, na qual se percebe que a solução consensual do conflito não foi possível. As preliminares, então, foram apreciadas, ocasião em que o magistrado *a quo* acolheu, exclusivamente, a referente à inclusão do BANCO BRADESCO S/A na lide como litisconsorte passivo necessário, pelo que determinou a sua citação.

Devidamente citado, o BANCO BRADESCO S/A aduziu que: (1) não é parte legítima para a causa, vez que sua tarefa foi única e exclusivamente de receber o valor pago e repassá-lo ao Banco do Brasil S/A, onde seria feita a devida baixa e registro da quitação; (2) em caso de inconsistência de dados no repasse de informações atinentes a valores, caberia ao BANCO DO BRASIL S/A efetuar o acerto contábil e remeter de volta o código rejeitado, o que não ocorreu e tampouco foi argumentado em momento oportuno; e (3) não há provas ou evidências de danos que permitam o deferimento da indenização pretendida. Pleiteou, ao final, a extinção do processo em relação a ele ou, eventualmente, a improcedência total da demanda (fls. 83/92).

Réplica às fls. 112/113, na qual o recorrido novamente manteve o seu posicionamento inicial.

Em nova audiência, a conciliação, mais uma vez, restou frustrada. Nessa ocasião, o recorrido informou que ainda estava com o seu nome inscrito no cadastro de devedores, a partir do que foi determinada expedição de ofício a fim de regularizar a sua situação. Anunciou-se, ademais, o julgamento antecipado do mérito, o que não foi confutado pelos presentes (fls. 122/124).

Ao proferir sentença, o togado de primeiro grau excluiu da lide o BANCO BRADESCO S/A e a FORMATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE METAIS LTDA., por entender que aquele participou, tão-somente, no recebimento e repasse de valores, e que esse último, ao entregar o título para cobrança sob a responsabilidade do BANCO DO BRASIL S/A, e determinar o protesto em caso de inadimplência, restringiu-se a um exercício regular de um direito. Reconheceu presente, outrossim, defeito de serviço em relação ao recorrente BANCO DO BRASIL S/A, na medida em que esse não procedeu à baixa e ao registro da quitação no momento devido, motivo pelo qual determinou a extinção do título protestado em nome do recorrido, e a conseqüente regularização perante o SERASA, bem como condenou o ora recorrente a pagar valor reparatório.

Por estar inconformado, o apelante interpôs recurso, cujas razões podem ser resumidas nos seguintes termos: (1) houve indução a erro por parte do BANCO BRADESCO S/A, o qual efetuou a captação e recepção do título protestado de forma equivocada, razão pela qual está evidenciada



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

a sua culpa exclusiva; (2) não houve comprovação do dano moral experimentado; (3) o valor da reparação deve ser reduzido a um patamar adequado (fls.167/179).

Em contra-minuta, a FORMATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE METAIS LTDA. pugnou pela manutenção *in totum* da sentença vergastada (189/190).

Apesar de regularmente intimadas para apresentar contra-razões (fls. 187/188), as demais partes quedaram-se inertes.

ERA O QUE DE INTERESSANTE HAVIA A RELATAR. PASSO, ENTÃO, A DECIDIR.

O presente caso é daqueles em que se discute a existência de danos morais em face da inscrição indevida do nome da vítima em cadastro de devedores, apesar da plena quitação do débito.

Pois bem.

O dano moral, tido como lesão à personalidade, mostra-se, às vezes, de difícil constatação, uma vez que os seus reflexos atingem parte muito íntima do indivíduo: o seu interior.

Dessa forma, *"por se tratar de algo imaterial ou ideal, a prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para a comprovação do dano material. Neste ponto a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está insito na própria ofensa"* (FILHO, Sérgio Cavalieri. *In* Programa de Responsabilidade Civil, 8.^a Ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 86).

Com efeito, foi com vistas a uma ampla reparação que o sistema jurídico chegou à conclusão de não se cogitar da prova do prejuízo para demonstrar a violação do moral humano. Fala-se, sim, em prova do fato lesivo, de modo que, provado este, provado aquele estará.

No caso sub examine, o fato lesivo – a inscrição indevida do nome da vítima no SERASA – restou cabalmente provada nos autos. A partir disso, presume-se que o ofendido experimentou danos morais.

Em casos deste jaez, a jurisprudência do STJ é firme no sentido de considerar o dano moral presumido. Senão, vejamos:

Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida nos cadastros de proteção ao crédito, "independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrido pelo autor, que se permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito a ressarcimento" (Resp. 110.091/MG, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJ 28.08.00; Resp.196.824, Rel. Min. CÉSAR ASFOR ROCHA, DJU 02.08.99; Resp. 323.356/SC, Rel. Min. ANTÔNIO PÁDUA RIBEIRO, DJ 11.06.2002).

Demonstrada a inscrição indevida do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito e a ilicitude da conduta do recorrido, resta



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

presumida a ocorrência do dano moral e o dever de reparação. (REsp 769.488/RJ, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2006, DJ 28/08/2006 p. 296)

Não merece prosperar, assim, a insurreição do recorrente no que tange à ausência de comprovação do dano moral experimentado, consoante sedimentado entendimento pretoriano.

Na vã tentativa de afastar a sua responsabilidade, o banco apelante ainda sustenta a culpa exclusiva do BANCO BRADESCO S/A, no que concerne à captação e à recepção do título protestado, os quais, segundo seu ponto de vista, se deram de forma equivocada. Defende, assim, ter sido induzido a erro, pelo que pediu a exclusão de sua responsabilidade.

Ocorre que, conforme doutrina escoreita, para que haja tal exclusão, o terceiro aí entendido deve ser pessoa que não tenha nenhuma vinculação com o causador aparente do dano, na medida em que interfere no processo causal e provoca o evento lesivo com exclusividade. Em outras palavras, o fato de terceiro deve ser: (1) completamente independente do comportamento do fornecedor demandado, de modo que não pode ser a ele atribuído de nenhuma maneira; e (2) causa adequada do dano com exclusividade, pois, se for apenas mero fator concorrente, persistirá a responsabilidade do agente (FILHO, Sérgio Cavalieri. *In Op. Cit.*).

A análise dos autos em confronto com tais requisitos permite constatar, com segurança, que a hipótese aqui discutida não é de irresponsabilidade do recorrente, pois o invocado fato de terceiro não se erigiu em causa superveniente a ponto de produzir, por si só, o resultado. Conseqüentemente, não houve interrupção do nexa causal.

Em verdade, todo o acervo probatório constante nos autos permite que se conclua que o BANCO BRADESCO S/A, realmente, não concorreu para o evento lesivo, motivo porque não deve ser responsabilizado.

Um outro fator também merece destaque. Apenas agora em sede de apelação é que o recorrente suscita a tese da culpa exclusiva de terceiro. Ora, em atenção ao princípio da eventualidade, ao réu compete argüir toda a matéria de defesa em sede de contestação. Se não o faz, é prejudicado pelo fenômeno da preclusão, consoante lição básica do nosso direito processual civil.

A partir do estudo dos autos, por conseguinte, constata-se que a responsabilização do apelante é medida que se impõe, uma vez que restou amplamente caracterizado o defeito de serviço de sua parte, conforme bem salientado pelo *decisum*:

“vislumbra-se que o referido protesto se deu por conta do título em referência, o qual foi efetivamente quitado antes do vencimento, e o Banco Bradesco recebeu o valor e comprova que o repassou ao Banco do Brasil, que deveria ter procedido com a baixa (sic) e o registro da quitação, o que não fez, incluindo o nome do autor nos cadastros de inadimplentes de forma indevida, devendo responder por tal ato ilícito” (p. 158).

Logo, até aí, a irresignação do recorrente é manifestamente improcedente.



238
23
2

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

Digo isso, pois, um ponto da sentença monocrática merece reforma. Trata-se do valor arbitrado a título de reparação, que se mostra exorbitante.

Deveras, nessa atividade, “*deve o juiz ter em mente o princípio de que dano não pode ser fonte de lucro. A indenização deve ser suficiente para reparar o dano, o mais completamente possível, e nada mais. Qualquer quantia maior importará enriquecimento sem causa, ensejador de novo dano*” (FILHO, Sérgio Cavalieri. *In Op. Cit.*, p. 93).

In casu, e à luz da farta jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que manda observar critérios de razoabilidade e proporcionalidade, a repercussão do dano e a capacidade econômica das partes, tenho que a redução do importe reparatório é medida que se impõe, pelo que adoto como suficiente o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Uma vez demonstrado que as matérias devolvidas – à exceção do valor fixado no juízo *a quo* a título de reparação por danos morais – são manifestamente improcedentes e contrárias à jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, torna-se adequado que o Relator do recurso aplique a previsão contida no “*caput*” do art. 557, cumulado com o §1.º-A, do Código de Processo Civil, os quais dispõem, *in verbis*:

Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

§ 1º-A Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.

Portanto, com base no art. 557, “*caput*”, cumulado com o respectivo §1.º-A, do Código de Processo Civil, **DOU PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso de apelação cível aforado por BANCO DO BRASIL S/A, apenas para reduzir o valor fixado a título de danos morais para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigido monetariamente a partir desta data e com juros de mora a partir do evento danoso, consoante súmulas 54 e 362 do STJ, e mantenho a sentença incólume nos demais termos.

Em seu breve arrazoado, sustenta o agravante que esta Relatoria, indevidamente, modificou o termo inicial a partir do qual deve incidir os juros de mora, sem que a parte *ex adversa* tivesse interposto qualquer recurso a fim de alterá-lo. Dessa forma, defendeu a manutenção do marco temporal fixado em sentença, vale dizer, a fluência daquele encargo a partir da data de citação.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Afirmou, além disso, que a incidência dos juros a partir do evento danoso lhe provocaria manifesto prejuízo. No mais, alegou que a fixação nesses moldes atenta contra a legislação e a jurisprudência pátria.

Seguramente, a pretensão do agravante não merece prosperar, devido à manifesta improcedência de todos os seus argumentos.

Se não, vejamos.

Ab initio, longe de configurar hipótese de julgamento *ultra* ou *extra petita*, ou mesmo de implicar violação aos limites da devolutividade recursal, os juros moratórios e a correção monetária são matérias de ordem pública, de sorte que, diante do flagrante equívoco constatado na sentença outrora atacada, afigura-se possível ao órgão *ad quem*, de ofício, corrigir os marcos temporais a partir dos quais fluirão.

Sobre o tema, vejam-se, a propósito, os seguintes precedentes da jurisprudência pátria:

COBRANÇA. NOTAS FISCAIS/FATURAS. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO. REVELIA PRONUNCIADA. PLEITO ACOLHIDO. ATAQUE RECURSAL DA DEVEDORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO ADEQUADA. RECLAMO RECURSAL DESATENDIDO. READEQUAÇÃO DOS ACESSÓRIOS. MATÉRIA APRECIADA DE OFÍCIO. É de se proceder à readequação dos limites da condenação imposta sentencialmente, no referente à atualização monetária do débito e à taxa a ser calculada a título de juros de mora, matérias essas que, por força da própria imperatividade da previsão legal a respeito dela, são de ordem pública (TJSC – AC n. 2006.002734-1, Des. Trindade dos Santos, j. 16.3.06).

APELAÇÃO CÍVEL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO (ART.17,CDC). MÚTuo FENERATÍCIO COM DESCONTOS AUTOMÁTICOS EM FOLHA (CRÉDITO CONSIGNADO). CONTRATO CELEBRADO COM TERCEIRO, FRAUDADOR. DESCONTOS INDEVIDOS. FORTUITO INTERNO. FATO DO SERVIÇO. SÚMULA 94,TJRJ. DANO MORAL



240 25
H

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

CONFIGURADO. CONDENAÇÃO IMPOSTA EM R\$5.000,00, VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA: NÃO OCORRÊNCIA (SÚMULA 105, TJRJ). JUROS DE MORA: MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. TERMO INICIAL: DATA DO FATO (SÚMULA 129, TJRJ). CORREÇÃO DE OFÍCIO DA SENTENÇA. IMPROVIMENTO DO APELO. (TJRJ - AC 2009.001.31819, DES. ORLANDO SECCO - J. 28.07.2009)

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DO TRABALHO. JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO ACIDENTE. OBSERVAÇÃO FEITA. A incidência dos juros de mora deve ser reconhecida de ofício, nos termos do artigo 293 do CPC, o que determina a apreciação da matéria, ainda que não suscitada no recurso. De acordo com a Súmula 54 do C Superior Tribunal de Justiça, os juros moratórios incidem, na hipótese de responsabilidade civil extracontratual, a partir da data do evento danoso. No caso, esse termo é a mesma data em que passa a vigorar o pensionamento (TJSP - EDecl n. 992010293093, Des. Antonio Rigolin, j. 27.10.2009)

Nessa ordem de idéias, constatei que a sentença antes apelada fixou o termo inicial para a fluência de juros moratórios em total desacordo com o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, de sorte que, simultaneamente à redução do importe devido a título de indenização por danos morais, a sua modificação era medida imperiosa.

A propósito, trago à colação a Súmula de n.º 54 do Guardião da Legislação Federal, *in verbis*:

Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual. (Súmula 54, CORTE ESPECIAL, julgado em 24/09/1992, DJ 01/10/1992 p. 16801).

E, a fim de afastar quaisquer dúvidas sobre o tema, considero pertinente a exposição dos arestos seguintes, também do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - DANOS MORAIS - COMPRAS REALIZADAS MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS FURTADOS - INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO -



242 26
JP

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

FIXAÇÃO DO DANO MORAL EM R\$ 3.800,00 - RAZOABILIDADE - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL - JUROS DE MORA - SÚMULA 54/STJ - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO. (...) **III. A jurisprudência pacificada nesta Corte é no sentido de que os juros moratórios incidem desde a data do evento danoso quando a responsabilidade é extracontratual, aplicando-se ao caso a Súmula 54 deste Superior Tribunal de Justiça. (...) (AgRg no Ag 1185245/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2009, DJe 06/11/2009)**

DIREITO AUTORAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ART. 122 DA LEI 5.988/73. CRITÉRIOS DE INDENIZAÇÃO DOS DANOS PATRIMONIAIS SUPORTADOS PELO AUTOR QUE TEVE OBRA ARTÍSTICA PUBLICADA SEM AUTORIZAÇÃO. OBRA ARTÍSTICA PUBLICADA SEM REFERÊNCIA DO NOME, PSEUDÔNIMO OU SINAL CONVENCIONAL. DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO. (...) **4. Considerando-se as peculiaridades do caso, bem como os padrões adotados por esta Corte na fixação do valor indenizatório a título de danos morais, majoro a indenização arbitrada pelo Tribunal de origem para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescido de correção monetária, a partir desta data (Súmula 362/STJ), e juros moratórios, a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ). (...) (REsp 735.019/PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 26/10/2009)**

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR NO SPC E SERASA. DÉBITO JÁ QUITADO. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. DANO MORAL CONFIGURADO. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA 54/STJ. **1. O Tribunal a quo fixou a indenização por danos morais em R\$9.000, 00 (nove mil reais), atualizados monetariamente, e acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data do evento danoso, ou seja, a partir da data da restrição cadastral sofrida pelo recorrido, consoante previsão da Súmula 54/STJ 2. O decisum recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento firmado nesta Corte. Incidência da Súmula 54/STJ: "os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual". Precedentes. (...) (REsp 871.149/RJ, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2006, DJ 26/02/2007 p. 611)**



242 27
P

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO - RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL - JUROS MORATÓRIOS - SÚMULA 54/STJ - APLICABILIDADE - DESPROVIMENTO. 1 - Tendo em vista que a inscrição em cadastros restritivos de crédito não está prevista nas relações avençadas entre as partes, cuida-se a hipótese de responsabilidade extracontratual. O dever de indenizar decorren da violação ao art. 159 do CC/16 e não do descumprimento de uma cláusula contratual. Precedentes das duas Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte. (AgRg no Ag 801.258/PR, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2006, DJ 05/02/2007 p. 251).

Pela leitura desse último julgado, infere-se que a única forma de afastar a aplicação dessa súmula seria em caso de expressa previsão contratual de inscrição em cadastros restritivos de crédito. Uma vez que inexistente nos autos qualquer documento nesse sentido, a pretensão recursal não deve prosperar.

Impende salientar, por fim, que os julgados trazidos pelo agravante não socorrem aos seus interesses, uma vez que se referem a hipóteses que em nada se coadunam com a dos presentes autos. Tratam todos eles de responsabilidade contratual de empresa de transportes, circunstância essa que autoriza a não aplicação do entendimento acima exposto. Nesse sentido: REsp 726.939/RJ, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 24/05/2005, DJ 01/07/2005 p. 559; REsp 327382/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 19/03/2002, DJ 10/06/2002 p. 215; REsp 131376/RJ, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/10/1998, DJ 01/03/1999 p. 323; REsp 247266/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/06/2000, DJ 23/10/2000 p. 138).

Ex positis, ao passo que não exerço juízo de retratação, **VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO PRESENTE RECURSO DE AGRAVO**, por considerar que a decisão vergastada enfrentou com exatidão, justiça e lógica toda a matéria devolvida pelo apelo outora



243 28
JP

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. **SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO**

interposto, inclusive no que diz respeito à modificação do termo inicial a partir do qual os juros de mora devem fluir.

É como voto.

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
7/12/2009

Des. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO
Relator